



ÓRGÃO DA EXECUTIVA NACIONAL DO PT

DN definiu critérios de participação do 1º Congresso do PT, depois de muita polêmica

Veja nas págs. 3 e 4



Somos contra a Pena de Morte



O deputado Amaral Neto apresentou emenda para plebiscito para a pena de morte. A matéria está pronta para ser votada em plenário, a não ser que a Câmara acolha um mandado de segurança contra a possibilidade de discutir a pena de morte, já que ela é a suspensão de um direito. O DN aprovou a posição contra a realização do plebiscito sobre a pena de morte. Veja o texto do deputado Hélio Bicudo que justifica a posição adotada na página 3.

Valeu a Greve Geral?

Veja a opinião dos sindicalistas Jair Meneguelli, presidente nacional da CUT, Vicentinho, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e do dirigente petista deputado Raul Pont na página 12



Revisão Constitucional e Plebiscito

A Constituição prevê que o plebiscito sobre a forma de governo se dê em 7 de setembro de 1993 e que a revisão constitucional comece em outubro do mesmo ano. No Congresso, o deputado José Serra (PSDB) iniciou uma campanha para a antecipação dessas datas para 1992. Durante a última reunião do DN a discussão se deu em torno de três hipóteses: manter as datas; antecipar só o plebiscito para o início de 1993 e antecipar ambos para o começo de 93.

Veja o texto do deputado José Genoíno que justifica a posição vencedora - antecipação das duas datas - nas páginas 3 e 4.

I Encontro Nacional de Entidades Negras

Será realizado de 14 a 17 de novembro, no Ginásio do Pacaembú em São Paulo. Veja na página 6

Contribuições

O Boletim ressurgiu num momento importante e sua pretensão de manter a periodicidade nos anima ainda mais.(...)

É certo que organização é muito importante para manter a periodicidade mas não podemos esquecer da política e contribuições(...) sem contribuições nosso boletim correrá o risco de não ser representativo dos fatos que ocorrem no partido.

Proponho a divulgação das formas de contribuição que podem ser dadas ao BN, pois já tenho idéias.

*Maurício Costa Reis
Rio de Janeiro, 12 de maio de 1991.*

Lista de candidatos

Votei em Suplicy para o senado e em Aloísio Mercadante para deputado federal mas tenho lido sobre o nome deles constar em lista de candidatos à prefeitura de São Paulo. A meu ver o lugar deles é em Brasília, para lutar por nossos direitos, para isso confiamos nosso voto.

*Temístocles de Oliveira
Auriflama/SP, 9 de maio de 1991.*

BN de volta

Fiquei muito contente em saber que o Boletim Nacional está de volta. Ele é um veículo de informação importante e sua volta deixa nossos militantes e simpatizantes alegres.

Nosso diretório está completando dez anos com muita luta e garra. Estamos colocando em prática alguns sonhos do passado - estamos redigindo um jornal mensal de 8 páginas e conseguimos dar estrutura de funcionamento para quatro secretarias: finanças, organização, comunicação e formação.

Desta forma precisamos de muita informação (...) O DM recebia 20 exemplares todo mês mas depois que o BN deixou de circular não mais recebemos nossa cota. Queremos solicitar a volta dos 20 exemplares mensais com o desconto de 30%.

*Abraão Antonio Bezerra
Limoeiro/PE, 9 de maio de 1991*

BN responde: Nossa remessa de exemplares aos diretórios foi suspensa porque a grande maioria estava (e ainda está) em dívida conosco. Estamos retomando essa distribuição mas apenas aos diretórios que fizerem encomendas e enviarem o pagamento antecipadamente (cheque pré-datado).

A crítica

O texto do BN 53 ignora suas/seus leitores: é empolado, excessivo, impreciso, obscuro. Tem tudo para afastar a maioria dos leitores, pessoal que não domina a norma culta nem é experiente em leitura.

Mas como dizia aquele bom açougueiro, vamos por partes: a primeira página é enigmática e assim não cumpre sua função de chamar para a leitura.

a) A chamada "chega de violência": faz apelo (chega), mas não diz a que tipo de violên-

cia se refere, no título; por preguiça, o texto é mera cópia do início do documento do DN, escrito em linguagem de documento e não em linguagem de jornal; o texto não informa o tópico mais importante do texto, nem em que página tal texto se encontra (...)

b) Na chamada "Uma advertência da SNF": o título não esclarece a sigla, que nem é conhecida assim; o texto é de novo cópia de trecho de documento (...)

d) Na chamada "GP lança dois projetos": o título usa a sigla GP (Grande Prêmio de Fórmula Um?), bem mais enigmático do que Governo Paralelo (...)

e) A chamada principal "a tática do PT na oposição ao Governo Collor": manchete sem verbo. Esse tipo de título só se usa em tese da universidade. Em jornal, não pode. (...)

f) Nas outras páginas do boletim há problemas de texto to ou mais graves do que os apontados para a primeira página.

Os leitores petistas não merecem esse jornal mal escrito e desatento às necessidades de quem o lê. Por isso, espero que vocês providenciem uma melhora substancial o quanto antes, principalmente antes de lançarem o Jornal do PT. Se quiserem um aprofundamento das críticas e algumas sugestões, me telefonem, para a gente marcar uma conversa.

*Maria Otília Bocchini
São Paulo, 30 de abril de 1991.*

BN responde: Agradecemos sua contribuição. Algumas das observações estão corretas, outras contêm uma certa dose de exagero. Estaremos atentos a suas observações, mas é preciso "dar um desconto": o BN não é um jornal.

ASSINE O BN

Para fazer sua assinatura basta enviar este cupom, com seu nome e endereço, e um cheque nominal ao Partido dos Trabalhadores - Rua Conselheiro Nébias, 1052 CEP 01203 - São Paulo/SP, Boletim Nacional

12 edições Cr\$ 1.800,00
(preço válido até 15/6)

NOME:.....

ENDEREÇO.....

CIDADE.....

CEP..... ESTADO.....

Saiu o Jornal do Congresso nº 2 Adquira o seu nos Diretórios e lojas do PT



O BOLETIM NACIONAL é uma publicação mensal da Comissão Executiva Nacional do Partido dos Trabalhadores.
Rua Conselheiro Nébias, 1052 CEP 01203 - São Paulo/SP fones: (011) 223 7999/7904/7394 ou 222.2956/2875/6986
Secretário de Comunicação

João Machado
Secretário Adjunto
Marcus Sokol
Jornalista Responsável
Marisa Lourenço - MTb 18.321
Colaboradores
José Rocha Cunha, Marcia e Marília Boschetto
Edição Eletrônica
Página Laser - 572.2765
Fotolito e Impressão
Leitura
JUNHO DE 1991 - Nº 545

Contra a Pena de Morte

Na reunião do Diretório Nacional de 18 e 19 de maio o companheiro José Genoíno relatou que o deputado Amaral Neto apresentou emenda para plebiscito para a pena de morte. A matéria está pronta para ser votada em plenário, a não ser que a Câmara acolha um mandado de segurança contra a possibilidade de discutir a pena de morte, já que ela é a suspensão de um direito. A Bancada Federal, que é contra a realização do plebiscito, solicitou ao DN a realização de votação. Assim, o DN aprovou a posição contra a realização do plebiscito sobre a pena de morte. Segue o texto do deputado Hélio Bicudo que justifica a posição adotada:



Muito se tem afirmado de que não se pode negar a apreciação plebiscitária de pena de morte, segundo os melhores princípios que inspiram a organização do estado Democrático. Tenho visto mesmo muitos políticos que durante a ditadura militar desdenhavam por completo a vontade popular, afirmarem, agora, que não se pode negar ao povo a decisão de tão relevante questão.

Existe nessa posição muito de hipocrisia e de má-fé.

O plebiscito nem sempre é a melhor forma de expressão da soberania popular. As massas desinformadas, manipuladas, levadas ao paroxismo da emoção, como se está fazendo no Brasil de hoje, não tem condições de opinar serenamente. A propósito de lembrar-se que num plebiscito levado à efeito há dois mil anos, a Corja preferiu Barrabás a Cristo, quando Pôncio Pilatos, renunciando às suas atribuições específicas entre o dever e o medo ficou com o medo e entregou a

decisão, que era sua, ao povo. Talvez seja esse o espetáculo que iremos assistir, na hipótese de o Congresso abdicar de sua representatividade e de suas responsabilidades e entregar a decisão daquilo que lhe compete, ao povo. Isto não é democracia, mas democratism, na adoção de políticas, éticas e morais.

Mas a verdade é que, do ponto de vista estritamente constitucional, o plebiscito pretendido não poderáingar.

O artigo 14 da Constituição Federal diz que a soberania popular será exercida, nos termos da lei, mediante: I) plebiscito; II) referendo; III) iniciativa popular.

Ora, quando a Constituição fala em plebiscito, ela quer se referir aos plebiscitos previstos no seu contexto e que se referem, nos termos de seu art. 18, parágrafos 3º e 4º, à incorporação, subdivisão e fusão, etc., de Estados, Territórios e Municípios. Isto, nos termos de lei votada, na oportu-

nidade, pelo Congresso Nacional. E, tanto isso é verdade, que para contemplar a questão do plebiscito a propósito da forma e sistema de governo (presidencialismo, parlamentarismo ou monarquia), quer dizer, fora das hipóteses previstas na Constituição, os constituintes de 86/88 remeteram o assunto para as disposições constitucionais transitórias.

Destarte, não se pode falar em plebiscito para consulta popular a propósito de outros assuntos - voto feminino, restabelecimento da tortura, direitos das minorias - e, dentre eles, a pena de morte.

A proposta "Amaral Neto" entrega à apreciação popular um dispositivo que modifica o inciso XLVII, letra "a", do art. 5º da CF., para dizer que devem ser punidos com pena de morte os delitos de roubo, seqüestro ou estupro, seguidos de morte, afirmando que estas figuras estarão incorporadas ao texto constitucional a partir da proclamação do resultado, se favorável pelo Superior Tribunal Eleitoral.

Então, não se trata de plebiscito, mas de emenda constitucional de iniciativa popular, o que é inadmissível, pois a Constituição dispõe que esta participação se reduz à apresentação, à Câmara dos Deputados, de projetos de leis ordinárias ou complementares (art 61, caput e parágrafo 2º).

E mesmo que assim fosse, nem de referendo se poderia falar, porque as emendas constitucionais, para tramitarem no Congresso, deverão preencher os requisitos constantes do art. 60, parágrafo 4º, da CF., onde se dispõe que não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir os direitos e garantias individuais. Ora, está escrito no art. 5º, caput, da mesma CF., que se garanta aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a invio-

tabilidade do direito à vida, à liberdade e à igualdade. Isto, se falar no devido processo estabelecido no parágrafo 2º do mesmo artigo, a impor a discussão em dois turnos e sua aprovação por 3/5 dos votos.

A intrusão ou a ampliação da pena de morte atinge, obviamente, um direito fundamental da pessoa humana - o mais fundamental de todos eles, pois que é o pressuposto do próprio Direito - qual seja a vida humana. Não é por outro motivo que a declaração constitucional dos direitos fundamentais - individuais e coletivos - se inicia com a afirmação solene do direito à vida.

Se os direitos fundamentais - assevera o Profº Fábio Comparato - pudessem ser reduzidos pelo voto popular, eles não passariam de declamações inúteis, simples figuras de estilo numa Constituição ornamental. E quem reconheceria como democrático um regime no qual, exemplificativamente, pelo voto majoritário, os não católicos não tivessem acesso à função pública, ou os indígenas fossem sempre exilados em determinadas partes do território nacional? Ou se reconhecesse, diríamos nós, a tortura como meio de investigação criminal?

Portanto, sob qualquer ângulo que se focaliza a matéria, ir-se-á verificar da impossibilidade jurídico-constitucional de se proceder ao plebiscito, na pretensão de se estabelecer a pena de morte no Brasil.

"E assim, até os fins dos tempos, homicídio vai gerar homicídio, sempre em nome do direito, da honra e da paz, até que os deuses se cansem de sangue e criem uma raça que possa compreender" (George Bernard Shaw).

Hélio Bicudo

Plebiscito e Revisão Constitucional

A Constituição prevê que o plebiscito sobre a forma de governo se dê em 7 de setembro de 1993 e que a revisão constitucional comece em outubro do mesmo ano. Durante a última reunião do DN a discussão se deu em torno de três hipóteses: a) manter as datas; b) antecipar só o plebiscito para o início de 1993 e c) antecipar ambos para o começo de 93.

Abaixo apresentamos a defesa do companheiro Luis Eduardo Greenhalgh da posição de antecipar apenas o plebiscito e manter a data da revisão, feita durante a reunião do DN e também o texto do deputado José Genoíno que justifica a posição vencedora: antecipação das duas datas.

"Não podemos discutir a antecipação sem discutir sobre o mérito. Se o PT for a favor do presidencialismo, não interessa a antecipação. O PT deve ser parlamentarista, em função da crise do Governo Collor, e, por isso, devemos ser a favor da antecipação. Sou favorável à antecipação do plebiscito, mas manter a data da revisão constitucional, para que ela se dê nas ruas junto com a campanha presidencial.

Não pode haver antecipação da revisão constitucional. Porque podemos perder; esse Congresso é conservador. O debate político para rever a Constituição deve ser feito junto com a campanha presidencial, nas ruas, na sucessão. Contra a antecipação."

A discussão sobre a antecipação ou não do plebiscito sobre o sistema de governo polarizou as atenções na última reunião do Diretório Nacional. Pela importância do tema é essencial que o conjunto do Partido tome conhecimento das posições em questão. Concordo com a posição aprovada pelo DN, de que o plebiscito seja realizado no primeiro semestre de 93, para que seja precedido de um debate amplo e politizado e para que seja compatível com a efetivação da revisão constitucional e com as eleições presidenciais de 94.

A idéia - defendida pelo PSDB - de antecipar o plebiscito para o segundo semestre de 92, fazendo-o coincidir com as eleições municipais, comporta graves

problemas. A polêmica entre parlamentarismo e o presidencialismo deve estar associada ao enfrentamento dos grandes problemas do país e o debate sobre as alternativas político-institucionais. Será de todo inconveniente, portanto, que este processo se confunda com as eleições municipais de 92, quando os assuntos locais ocuparão naturalmente um espaço privilegiado na cena política. Além disso, e da exiguidade de tempo que teríamos para envolver a população no debate, a prioridade imediata posta para o Congresso Nacional é a regulamentação dos direitos inscritos mas ainda pendentes da atual Constituição e a definição de políticas de combate à crise vigente. Vale lembrar que no momento sequer temos

uma política salarial digna do nome.

A proposta de manter o plebiscito no dia 7 de setembro de 93, data prevista das Disposições Transitórias da Constituição, como querem diversos companheiros, ao meu ver é também inadequada. Nosso Partido participou intensamente da elaboração da Constituição Federal, das Constituições estaduais e das Leis Orgânicas dos municípios que estão em vigor. Esta experiência evidenciou o nível de envolvimento dos parlamentares de esquerda necessário para que se possa obter conquistas e realizar com eficácia a disputa política. Ora, em 94 teremos eleições praticamente gerais no país e será absolutamente impossível reformar a Carta nessas condições. Não apenas porque vários parlamentares do nosso e de outros partidos serão candidatos à reeleição, mas especialmente porque todos nós, militantes, deputados, dirigentes partidários e largas parcelas da população estaremos até a cabeça enfiados numa polarização que será decisiva para os rumos do Brasil.

O receio manifestado por personalidades e setores da esquerda de que a reforma da Constituição servirá apenas para que os conservadores retirem os avanços nela contidos, embora possa ser justificado, nos coloca numa posição de defensiva política insustentável. Os direitos individuais e coletivos duramente conquistados devem ser defendidos e valorizados, mas é bom não esquecer que nos opomos a aspectos centrais da atual Constituição, como, por exemplo, os relacionados à questão agrária, à tutela militar, etc. Daí ser imprescindível uma postura ofensiva da nossa parte, conferindo à revisão constitucional um conteúdo positivo, capaz de articular a defesa dos direitos com a exigência de transformações. Somente assim, teremos condições de constituir um movimento político forte e capacitado a, mesmo num contexto adverso (como era, aliás, durante a Constituinte), disputar a hegemonia e sustentar uma política de mudanças.

De outro lado, não há como evitar que a reforma da Constituição ocorra após o plebiscito e antes da campanha presidencial. A revisão da Carta requer uma anterior definição sobre o sistema de governo que irá vigorar. A campanha eleitoral, por sua vez, só poderá deslanchar quando forem conhecidas as regras sob as quais ela irá se desenvolver, sobretudo as relacionadas com o sistema eleitoral, com o controle dos meios de comunicação de massa e reformulações no Poder Legislativo.

José Genóino

DN Aprova Critérios de Participação para o 1º Congresso do PT

Em sua última reunião de 18 de maio de 1991, O Diretório Nacional aprovou os critérios definitivos para a escolha de delegados, observadores e convidados ao 1º Congresso do PT que se realizará de 27 de novembro a 1º de Dezembro em São Bernardo do Campo, São Paulo.

A proposta apresentada pela comissão constituída pela CEN foi bastante polêmica. Após acirrada discussão, que envolveu praticamente todo o domingo, foram votados os principais artigos da proposta original, sendo aprovados apenas aqueles que obtiveram 54 votos a favor, uma vez que o mandato, conferido pelo 7º Encontro Nacional ao DN, exigia maioria de 2/3 dos membros do diretório para qualquer modificação do atual Regimento Interno.

Foram aprovadas propostas que alteram radicalmente o atual Regimento Interno no tocante aos critérios de representação até hoje praticados pelo PT. No que concerne a eleição de delegados, as principais

modificações aprovadas foram as seguintes:

. Fica abolida a exigência dos 10% para composição proporcional, bem como a exigência de chapa completa;

. Foi aprovada a eleição por nomes avulsos (candidaturas individuais) mantendo-se eleição por chapas;

. Foi aprovada a eleição em encontros setoriais (sendo, para tais efeitos, considerados setores: sindical, agrário, mulheres, negros, ecologia, portadores de deficiência, saúde, assuntos indígenas, educação, juventude e transporte-moradia-associação de moradores) de âmbito estadual (ou regional, quer dizer, por regiões dentro de cada estado);

. Foi aprovada a eleição de delegados na base zonal e municipal diretamente para o 1º Congresso, mantendo-se a tradicional escolha de delegados nos encontros estaduais.

Aprovando modificações de tal envergadura o Diretório Nacional deu um passo, ousado e decisivo, no sentido de "desarrumar a ordem" an-

teriormente vigente no partido, possibilitando a alteração radical do "jogo de cartas marcadas" em que estavam se transformando os encontros do PT, sobretudo a nível nacional. Ao tomar a decisão de aprovar estes critérios, o DN introduziu elementos de imprevisibilidade na disputa interna, ensejando, ao passo que estimulando, o exercício do jogo político propriamente dito, o qual vinha sendo substituído pela prática aritmética - pré-determinante - de enfrentamento/negociações entre as tendências, alijando, quanta vez, a participação de filiados individuais.

Os novos critérios de participação aprovados pelo DN já prenunciam as mudanças almejadas no processo do 1º Congresso e antecipam, em certo sentido, a VIDA NOVA do PT que queremos instaurar.

Augusto de Franco
Coordenador do 1º Congresso
Membro da CEN

Escolha de delegados gera polêmica

A emenda Plínio

A Comissão Organizadora do Congresso do PT preparou um procedimento de eleição de delegados que significa um avanço no sistema anterior, mas que ainda se desenvolve inteiramente no interior das instâncias partidárias, desse modo, a maioria, senão a totalidade dos participantes só poderão ser os mesmos que tem estado em todos os nossos Encontros. Ora, a razão pela qual decidimos realizar um Congresso, em vez de mais um Encontro, foi precisamente a constatação de que o PT não está incorporando em suas fileiras todo o potencial de apoio com que conta na sociedade, porque sua estrutura tornou-se rígida, gira em torno de um número reduzido de pessoas; e coloca obstáculos à participação de quem não se insere na dinâmica formada pela luta interna entre os grupos que o compõem. O companheiro Hamilton Pereira caracterizou essa situação de forma muito expressiva, ao mostrar o paradoxo de um partido criado para ser a voz e a vez dos espoliados, mas que não consegue fazer com que esses espoliados participem dos seus núcleos, discutam em suas plenárias, identifiquem-se com suas propostas.

Percebendo que o procedimento proposto não permitiria a abertura partidária que se requer, o compa-



nhêiro Plínio de Arruda Sampaio apresentou emenda que diz:

"Todo coletivo de 100 pessoas (em cidades de mais de 1 milhão de habitantes); de 50 (em cidades de menos de 1 milhão); e de 25 (em cidades de menos de 50 mil) poderá eleger um delegado ao Congresso, desde que cumpra os seguintes requisitos: comunicar ao DM da sua cidade (ou onde não há DM, ao da cidade mais próxima) dia, hora, local das reuniões; realizar 5 reuniões para discussão dos temas do Congresso com frequência média de pelo menos 70%

dos integrantes; registrar as conclusões em Livros de Atas devidamente assinado por todos os presentes.

Como se vê, a emenda criaria um canal de participação para as pessoas interessadas em construir o PT mas que não têm condições de cumprir a trabalhosa liturgia requerida para eleger um delegado ao Congresso nos termos do procedimento proposto pela Comissão Organizadora.

Pois bem, a emenda defendida em plenário pelo companheiro Jorge Bittar e apoiada por 46 votos contra apenas 16, não conseguiu aprovação porque faltaram 3 votos para alcançar o quorum de 2/3 requerido para alterar o Regimento Interno.

Atribuímos tanta importância a esta questão que estamos dispostos a apresentar um recurso dessa decisão. Para justificar a reabertura do debate, precisamos estar seguros de que nossa idéia conta de fato com todo apoio do Partido.

Por isso resolvemos escrever conjuntamente este artigo e solicitar adesões à emenda. Vocês sabem como nos achar. Telefonem. Telegrafem.

Plínio Arruda Sampaio - José Genóino - José Dirceu - Jorge Bittar - Aloísio Mercadante - Luís Gushiken

Prá que PT?

A militância petista por muito tempo cantou para os companheiros do PCB o verso "prá que PC se tem PT?", fazendo da rima jocosa um desafio ao seu caráter reformista e ultrapassado. A rima encerrava uma síntese fundamental: o PT nasceu pluri-ideológico assentado em ampla base operária, anti-capitalista, democrático e libertário, negando a trajetória da esquerda.

O PT não nasceu monolítico. Nem antidemocrático. Menos ainda teve ideologia oficial. Não se postou dono de uma verdade revelada nem afirmou que o socialismo viria inevitável. Ao contrário, os caminhos para o socialismo no Brasil seriam construídos no decorrer da luta, afirmaram seus documentos. Não foi vítima, portanto, dos sintomas típicos dos partidos que comandaram o "socialismo real" do Leste Europeu e revelou-se experiência inovadora internacionalmente.

Porque, então, refundá-lo?

Os principais proponentes dos novos critérios para o Congresso na última reunião do DN defenderam a

necessidade de colocar o Partido em condições de *imprevisibilidade* para que pudéssemos buscar o novo, pois nossas formas de organização estariam ultrapassadas desde a queda do Muro de Berlim. Uma falácia escondida sob a síndrome do muro que pretende *transformar* o PT em um partido - a rigor seria uma organização social e não um partido - de interlocução e de projetos, onde a formulação estratégica é anulada e seu caráter de classe abandonado.

Através do caminho que tem se imposto pela moda mais que pela clareza teórica, aprovou-se o delegado *político* e o *avulso*. O delegado que defende - esteja ele em tendência ou não - um *posicionamento* justificador dos votos que recebe, e o delegado eleito sob uma espécie de reserva de mercado destinada a indivíduos diferentes dos demais militantes. Aprovou-se o delegado *privilegiado* e o delegado *não privilegiado*; ou seja, o que vai diretamente ao Congresso - sem qualquer outro embate - e aquele cujas posições passam pelo crivo de diversas plenárias.

Essa ansiedade de fazer com que todos possam participar da Plenária do Congresso - criando delegados de várias qualificações e reduzindo a importância das instâncias partidárias constituídas - revelou outro aspecto importante das concepções que rondam o Partido: o Congresso poderá vir a ser não um *processo* em que elaboramos progressivamente nas suas diversas etapas, mas uma catarse coletiva, um grande happening de quatro dias com mais de 3.000 delegados, legitimador não se sabe de que política.

Algumas conclusões se impõem. Em primeiro lugar destacar que a trajetória do nosso partido é fundamentalmente positiva, deve ser aprofundada e não negada. Em segundo lugar, o caminho da elaboração empírica precisa ser rechaçado para a construção de uma estratégia consistente e inovadora, que consolide o PT oponente radical do capital e propositor de políticas positivas para a sociedade.

Artur Scavone
Membro do DN e da Executiva
Municipal de SP

Saiu o Jornal do Congresso nº 2 com a publicação de 19 Textos para Debates (também chamados de "pré-teses"). Preço de capa: Cr\$ 200,00.

Dois textos apresentados dentro do prazo não foram publicados: 1) "É proibido proibir - um grito de basta" (de Antonio Carlos da Silva, Marcos de Jesus Leandro, Carlos Alberto Cardoso e Anderson de Souza, entre outros, todos de Minas Gerais). Motivo: só apresentou 37 assinaturas de filiados; 2) "Rumo ao Socialismo pela Revolução" (de Rui Costa Pimenta e Paulo Lago entre outros de São Paulo, Wilson Lima entre outros de Brasília e mais 100 filiados do RS, CE, SE, RR, RJ, PB, MG e BA). Motivo: vários dos signatários são identificados com a "Causa Operária" organização política não reconhecida como tendência interna do PT. A publicação deste texto foi suspensa até a avaliação pela CEN em 24.06.91.

RURAL

A pré-tese da SAN

Quando nasce a idéia da realização do I Congresso Nacional do PT, a Secretaria Agrária Nacional se envolve na discussão para propor formas de democratizar a participação no Congresso e resgatar a participação permanente e organizada dos trabalhadores rurais do Partido.

No final de 1990, no seminário nacional da secretaria, elaboramos a proposta de encontros setoriais com direito a tirar delegados diretamente para o Congresso. Nos dias 18 e 19 de maio, o DN, depois de longa discussão, decide sobre os critérios de participação e escolha de delegados. Contempla, então, a preocupação das secretarias de Frente de Massas.

Considerando esta etapa de funda-

mental importância, por fazer com que o Partido se reencontrasse, a SAN convoca as secretarias estaduais à investirem no processo de filiação partidária até 31 de julho. A Discutirem, analisarem e proporem políticas para o partido, tanto do ponto de vista setorial quanto nacional e partidário.

Orientamos os companheiros nos estados para o engajamento imediato na preparação de nossos encontros setoriais, estaduais ou regionais.

Para contribuir com esta discussão, a SAN preparou o documento base "PT: o espaço político dos excluídos", que está à disposição dos militantes, no Diretório Nacional e nas respectivas Secretarias Agrárias dos DR's.

Orientação aos militantes

A Secretaria Agrária Nacional do PT, juntamente com os deputados do núcleo agrário/agrícola da bancada federal informa que será votado nas próximas semanas um projeto de lei sobre cooperativismo. Esta nova lei disciplinará o funcionamento de todo o tipo de cooperativa (agropecuária, consumidores, habitacionais, etc.).

O ponto central e polêmico refere-se a representatividade dos sistemas cooperativistas do Brasil. Até o momento as cooperativas estavam subordinadas à OCB (Organização das Cooperativas do Brasil), representantes das grandes cooperativas e da burguesia agrária.

Em reunião da SAN com o núcleo C da bancada do PT, propomos a contrariedade a esta proposta, pelo vínculo com uma entidade não representativa dos trabalhadores, por ser inconstitucional (art.5 da CF) que estabelece livre associação e porque não cabe em lei, a obrigatoriedade de filiação à uma organização de representação política, no caso a OCB.

A SAN orienta aos nossos parlamentares municipais e estaduais, secretarias agrárias e militantes rurais, a enviarem telegramas aos deputados de seus respectivos estados para se posicionarem contra esta proposta.

Os reféns do judiciário contra o MST

O drama dos sem terra presos durante a batalha da Praça da Matriz, em Porto Alegre-RS, não terminou.

Os Sem-terras. Otávio Amaral, 27 anos; José Carlos Gowaski, 23; Idene Bento, 45; e Augusto Moreira de 35 anos encontram-se presos no presídio Central de Porto Alegre acusados de terem participado da morte do soldado da Brigada Militar, Valdecir Lopes, em agosto de 1990, após conflito em frente ao Palácio do Governo. O que está em julga-

mento é o Movimento dos Trabalhadores Sem Terras e o Movimento pela Reforma Agrária no Brasil. Os presos continuam sendo usados como reféns do judiciário, contra o MST e a Reforma Agrária.

Nos dias 27 e 28 de maio a Secretaria Agrária do PR/RS, realizou um encontro estadual, que contou com o acompanhamento do Secretário Agrário Nacional do PT, Hamilton Pereira, contando com a presença da CUT/RS, advo-

gados que acompanharam o caso. O encontro discutiu a situação do processo que mantém presos os sem terras há quase um ano e deliberou uma campanha ostensiva pela libertação dos companheiros.

A SAN chamou a todos que lutam pela verdade, justiça, Reforma Agrária para se engajarem nesta campanha denunciando, pressionando e brigando contra a injustiça, ilegalidade e abuso judiciário do estado gaúcho.

Alerta

Neilton Araújo, presidente do PT de Tocantins e membro do DN, juntamente com o bispo de Porto Nacional-TO, Dom Celso Ferreira e o presidente da Consaúde, Dr. Eduardo Manzano, estão sendo processados por latifundiários de Tocantins: a geóloga Maria do Socorro Florentino Coelho de Souza e seu marido, o militar Jorge Washington Coelho de Souza.

O problema é que trabalhadores rurais daquele estado ocuparam há 4 anos atrás a área de Jacotinga e os pretensos proprietários, não conseguindo reintegração de posse na justiça, acusam os companheiros acima de idealizadores de invasões de terras no Estado.

A Secretaria Agrária nacional orienta os DR's a se solidarizarem com os companheiros, pressionando as autoridades estaduais e federais, através de correspondências.

Aprovado Projeto do PT para Salários

A Comissão do Trabalho da Câmara aprovou por unanimidade, no dia 15 de maio, os projetos do PT para o salário mínimo e para a política salarial. Os dois projetos, apresentados pelo deputado Paulo Paim, serão submetidos ao plenário, onde será mais difícil sua aprovação. É possível que o projeto, agora da Comissão do Trabalho, seja apreciado ainda em junho, como proposta alternativa a do governo. Estes são os principais pontos dos projetos:

- Salário mínimo de Cr\$ 47.381,96 em maio (retroativo), com correções mensais acompanhando a inflação, e com elevação real de 1% ao mês, como determina a Constituição. Mantida essa regra, o salário mínimo atingirá, no final do mandato de Collor, valor equivalente a 300 dólares.

- Política salarial baseada na correção dos salários de acordo com um índice de inflação a ser pré-fixado pelo governo no primeiro dia útil de cada mês. Esse índice será o piso para os reajustes salariais do mês em curso, e um teto para os reajustes dos preços, que só poderão subir acima dele com autorização da câmara setorial específica. Havendo resíduo (isto é, se a inflação real superar a pré-fixada), ele será reposto integralmente no segundo mês subsequente. Cada categoria deverá negociar, em sua data-base, a reposição das perdas salariais. A livre negociação seria o espaço para discutir-se aumentos reais.

Contrato Coletivo e Organização Sindical

Um tema importante em discussão na Câmara é a contratação coletiva do trabalho e organização sindical. O governo mandou o péssimo projeto a respeito, a ser votado este mês. O PT preparou um substitutivo, com base nas posições da CUT. O projeto do governo contém armadilhas que podem provocar sérios danos ao movimento sindical. Veja só:

1) Embora consideradas pessoas jurídicas de direito privado,

as entidades sindicais precisam se credenciar no ministério do Trabalho, o que é inconstitucional e fere a liberdade sindical.

2) Há diversos condicionamentos impostos às assembleias sindicais, a começar pela exigência de convocação com antecedência mínima de 7 dias. O pior é o artigo 14, que pune o sindicato que "constranger a manifestação da vontade dos participantes de assembleia". É a negação da autonomia sindical, pois sujeita a assembleia à avaliação de terceiros.

3) Quanto à negociação coletiva, o projeto cria a "flexibilização de direitos", que é a possibilidade de troca de salário e/ou conquistas trabalhistas por emprego a prazo determinado. Um "conselho" do FMI, que pe em cheque todas as conquistas dos trabalhadores.

4) Pelo projeto "cumpra-se às partes manter a paz durante a vigência do instrumento normativo, enquanto perdurar o equilíbrio de prestações". Ora, como é possível manter esse "equilíbrio de prestações"? Trata-se de evidente empecilho ao direito de greve.

5) Além disso, o projeto prevê multas para os sindicatos responsabilizados por perdas e danos em decorrência de greve.

Enfim, o projeto é contrário aos trabalhadores e tem o objetivo de constranger os sindicatos. Por isso, a bancada do PT vai lutar para derrubá-lo, e tentar aprovar o substitutivo. Se no der, vamos votar emendas para retirar do projeto esses absurdos.

Essas e outras questões relacionadas ao contrato coletivo e à organização sindical foram discutidas no seminário organizado pela CUT no Congresso Nacional nos dias 4 e 5 de junho, quando a central expôs suas posições a representantes de diversos partidos.

Solidários com a CUT

Vinte e quatro deputados da Bancada Federal assinaram moção de solidariedade à Direção Nacional da CUT e a seu presidente, Jair Meneguelli. O documento afirma que "o objetivo de furiosa campanha contra a CUT, desencadeada pelo governo e setores da mídia, é questionar o direito da CUT convocar a greve geral". Lembrando a autonomia entre a CUT e o PT, diz a moção que "a partir de divergências entre

petistas e cutistas", a mídia criou "fantasiosas disputas e estimulou intrigas".

PT quer mudar Projeto de Lei do Inquilinato

Nossa bancada apresentou 55 emendas ao projeto de lei do governo sobre os aluguéis urbanos. O objetivo do conjunto articulado de emendas é minimizar o impacto perverso sobre os inquilinos, ao mesmo tempo em que estimula a locação dos cerca de 150 mil imóveis residenciais atualmente fechados. Entidades de inquilinos foram consultadas na elaboração das emendas. Uma delas assegura a manutenção das condições dos contratos existentes antes da edição da nova lei do inquilinato.

A Comissão de Viação e Transporte, Desenvolvimento Urbano e Interior, através do seu presidente, Carlos Santana (PT-RJ) e vice-presidente, Nilmário Miranda (PT-MG) requereu a participação da Comissão no exame do projeto, e esta convidou representantes de associações de inquilinos para manifestarem-se sobre o projeto.

Grandes Fortunas

O deputado Aloízio Mercadante apresentou projeto de imposto sobre grandes fortunas, em substituição aos que já tramitam no Congresso Nacional. A principal inovação da proposta petista é a criação do "imposto solidariedade". Inspirado na experiência de vários europeus no pós-Guerra, o imposto solidariedade incidiria de uma só vez sobre o patrimônio familiar superior a um milhão de dólares, com alíquotas progressivas, que iriam de 5 a 15% sobre os ativos produtivos, e de 10 a 30% sobre os ativos improdutivos.

Já o imposto sobre grandes fortunas seria cobrado anualmente, mediante alíquotas que iriam de 0,2 a 1,0% sobre ativos produtivos e de 1,0 a 5,0% sobre ativos improdutivos. Essa distinção entre capital produtivo e improdutivo é outra novidade da nossa proposta.

O projeto se justifica em situações de grave crise social, e esse é precisamente o caso do Brasil,

onde a distribuição do patrimônio é ainda mais injusta do que a distribuição de renda: os 1% mais ricos respondem por aproximadamente 20% da renda e mais de 50% da riqueza pessoal do País.

Contra a MP 296

Três meses depois de comprometer-se em não mais editar medidas provisórias sem os critérios exigidos pela Constituição, o governo baixou a de número 296, que não contempla amplas parcelas dos servidores, inclusive os aposentados, e estabeleceu índices diferenciados para civis e militares. A Bancada participou ativamente das articulações contra a MP 296, votando pela sua inadmissibilidade e em favor de uma antecipação de 50% para todos os setores e faixas salariais.

Escuta Telefônica

A Bancada do PT está de olho na questão da escuta telefônica. O deputado José Dirceu, membro da Comissão de Defesa Nacional, está elaborando projeto regulamentando os artigos 5º e 12º da Constituição, que prevêem os crimes de violação das comunicações. O objetivo do projeto é instituir a ação cível pública nos casos de escuta, independente de ser requerida pela vítima. Isso evitaria a impunidade do tipo que ocorreu no episódio envolvendo a ex-ministra Zélia, que teve seus telefones grampeados, mas não assumiu oficialmente a denúncia. O projeto permite que qualquer cidadão possa reclamar contra escuta telefônica. Ela só seria admitida mediante ordem judicial quando imprescindível para a investigação de crimes de seqüestro ou narcotráfico.



Plenária Nacional prioriza 1º Congresso

Realizamos, nos dias 20 e 21 de abril a 1ª Plenária Nacional de Formação Política, com a presença de representantes de 16 Estados: um grupo de companheiros - em sua maioria secretários estaduais ou membros de coletivos estaduais de Formação Política - que vem se constituindo aos poucos num coletivo nacional orgânico e coeso.

Além do balanço das atividades do ano de 90 e de um diagnóstico do estágio de Formação Política Petista, a plenária apontou as prioridades para o próximo período.

Registrou-se um avanço na consolidação de coletivos estaduais de Formação Política, com o incremento às atividades gerais de formação. Regis-

trou-se, por outro lado, preocupação com a desarticulação do processo de formação política em Estados importantes como São Paulo.

O Projeto de Formação de Quadros Dirigentes, apesar da fragilidade se constituiu um dos mais promissores programas do último período e deve ser reformulado em 91.

A Plenária decidiu centrar toda a atividade de Formação Política do próximo período no processo de preparação do 1º Congresso, com o enfoque preciso de tomar iniciativas capazes de viabilizar a efetiva democratização do processo congressual. Partindo da convicção de que o processo do Congresso será tanto mais fecundo quanto maior for sua capaci-

dade de estimular o debate e de envolver a maioria dos filiados, decidimos centrar nesse objetivo nosso trabalho. Para isso a Secretaria Nacional e as Estaduais estimularão um grande número de debates, seminários, mesas redondas que abordem a temática do Congresso para assegurar a participação real da militância de base. A Secretaria deverá lançar um programa nacional de formação de base que, além de uma proposta de roteiro de formação deverá conter um texto de apoio e um vídeo. Esse material deverá ser lançado ainda na primeira quinzena de junho.

A Secretaria Nacional deverá auxiliar a coordenação do Congresso em todas as atividades de seminários e de-

bates que constem da pauta do Congresso, contribuindo para reforçar o papel pedagógico destas atividades.

A Plenária realizou, ainda o primeiro debate do texto que a Secretaria Nacional apresentará ao Congresso como proposta básica de uma política de Formação do PT. Esse debate iniciado na Plenária deverá continuar nos Estados. Na Plenária ficou reforçada a linha geral de que a Formação Política coerente com nossa concepção partidária, deve ser marcada pelo caráter democrático massivo, pluralista, buscando a formação de militantes críticos, criativos, autônomos, capazes de contribuir com o processo cotidiano de recriação e afirmação da proposta petista.

Formando formadores

Estabelecido como uma das prioridades de trabalho para 91 o Programa de Formação de Formadores pretende constituir uma turma com cerca de 30 formadores, preferencialmente composta dos próprios secretários estaduais e municipais (grandes centros) de formação ou membros destes coletivos, que façam um processo de auto-capacitação coletiva em etapas, qualificando-se para melhor desempenho no planejamento e execução da formação política em cada Estado.

O curso está pensado em três etapas, a partir da etapa "zero". As etapas não pretendem encerrar-se nelas mesmas. O processo de formação desses companheiros continua segundo as necessidades estabelecidas por eles a partir do seu cotidiano no trabalho de formação partidária. Três temas são considerados fundamentais no desen-

volvimento do programa: Planejamento; Concepção metodológica e Política nacional de formação. Já na primeira etapa, que deverá realizar-se entre os dias 22 à 28 de julho, o grupo trabalhará um desses temas.

São três os objetivos gerais do Programa:

1) Contribuir para a organização das secretarias de formação dos Estados e principais municípios, descentralizando o trabalho de formação;

2) Contribuir na consolidação da SNFP/PT;

3) Contribuir para a elaboração da Política de Formação de Formadores.

Entre os dias 22 e 28 de abril demos início a esse programa, que durará o ano todo, realizando a etapa "zero", chamada assim porque é uma etapa de ajuste, de unificação do entendimento do grupo a cerca das resoluções do Partido, de onde surgiram e como foram

sendo construídas historicamente. A etapa zero é o momento de sintonizar o grupo e o programa. Acertar o que estudar e como estudar.

Pretendíamos trabalhar com um grupo de 30 companheiros e novamente nos surpreendemos: 38 se inscreveram apesar de todas as restrições que apresentamos. Essa boa surpresa demonstra que a demanda na formação política partidária é bem grande.

O grupo foi apelidado de "barra pesada", tal era a vontade e o compromisso que estes companheiros demonstraram, não só no curso mas na prática diária. São companheiros com responsabilidades e muito comprometidos com a construção deste Partido.

O curso trabalhou as resoluções do Partido sobre o Socialismo, Estratégia e Concepção e Construção Partidárias. Sempre numa dinâmica muito interes-

sante. Primeiro uma leitura e resumo do texto referente ao assunto, depois uma síntese trabalhada por um monitor e por último um painel de debate com dirigentes partidários.

Nos dois últimos dias trabalhou-se uma experiência de planejamento, utilizamos um método que vai trabalhando ponto por ponto do plano de forma que envolva todo o grupo.

Não poderia deixar de registrar aqui a excelente integração do grupo. Eles criaram dois veículos de comunicação, um jornal e uma rádio que informaram tudo o que se passava nas linhas e entrelinhas do curso. Na avaliação ficou patente a importância desse tipo de atividade para a construção de um coletivo afinado com a política de formação do Partido e em sintonia com o processo de construção de um projeto para o Brasil.

Marlene Rocha (SNFP)

A Formação Política Mineira

A Secretaria Estadual de Formação Política de Minas está empenhada em colaborar no processo do 1º Congresso.

Em maio realizaram um curso de cinco dias na Escola 7 de Outubro. Fizeram o curso 43 companheiros e nestes cinco dias analisaram a conjuntura nacional e internacional, estudaram o socialismo atual e suas perspectivas, a construção partidária e os três grandes temas do Congresso que agora, obrigatoriamente estão presentes em todas as atividades.

Seguindo uma tradição de vários anos, os que fizeram este curso já estão organizando cursos de fim de semana nas suas regiões. Os dois primeiros foram realizados em maio nas

idades de Caratinga e Viçosa. Outros quinze estão confirmados para o mês de junho.

Curso Noturno: Realizado em seis noites sobre o título "Socialismo e o PT em Belo Horizonte". Esta experiência foi de iniciativa das secretarias Estadual e Municipal. Os temas estudados foram: fundamentos do marxismo; história das organizações operárias; experiências do socialismo; perspectivas dos socialismo e PT, o 1º Congresso e o socialismo.

Esta atividade faz parte de tantas outras que pensam os mineiros realizar durante o processo de preparação para o Congresso do Partido. Ainda não conseguimos fazer com que estas

várias centenas de militantes petistas que refletem, passem também a escrever, participar, sugerir e intervir no Congresso. Mas este é o objetivo que perseguimos.

É clara a intenção da direção partidária de abrir à participação no 1º Congresso, porém, é ainda obscuro e difícil o caminho para concretizar esta participação. E com pouca participação nosso Congresso se empobrece.

Os mineiros estão pelejando para encontrar o caminho das pedras e é na tentativa de encontrá-lo que estão propondo o seguinte: criar um seminário permanente de formação de quadros, até novembro.

O seminário contaria com um orientador e trabalharia um tema do Congresso: em grupos de 15 pessoas; fazendo levantamento de bibliografia; estudo pessoal, em pequenos grupos, consultando o orientador da cidade; seminários a cada três semanas; produção de textos ou teses da forma que os participantes acharem mais conveniente.

Esta proposta está sendo trabalhada pelos mineiros. Quem sabe alguém quer ajudá-los. Ou quem sabe alguém quer tentar algo parecido no seu Estado. Vamos criar, vamos promover a discussão o debate e intervir prá valer em nosso Partido.

Debate sobre solidariedade e internacionalismo

Realizou-se nos dias 9 e 10 de maio, na cidade de Malle, na Bélgica, o seminário internacional "Mudança na América Latina - solidariedade na Europa : estratégias para os anos 90".

Organizado pela ONG (Organização não Governamental) OXFAN, a partir de uma sugestão de Daniel Ortega, contou com a participação de diversas ONGs e Comitês de Solidariedade à América Latina, com representantes de alguns partidos e movimentos políticos latino-americanos e com alguns intelectuais convidados para debater a situação atual na América Latina (Jenny Pearce, do Latin American Bureau, de Londres; François Houtart, da Universidade Católica de Louvain-la-neuve; Ernest Mandel, da Universidade Livre de Bruxelas). Os partidos latino-americanos presentes foram: Frente Sandinista de Libertação Nacional (Daniel Ortega, Rosario Murillo, Dionisio Marengo, Rafael Ortega, Hernan Estrada, Edwin Zablah); Aliança Democrática M-19 da Colômbia (Everth Bustamante e Abraham Rubio); Partido Comunista de Cuba (Alberto Rodriguez e Juan Antonio Blanco); Frente Farabundo Martí para a Libertação Nacional (Sonia Aguinada); Unidade Revolucionária Nacional Guatemalteca (Miguel Angel Sandoval); e o Partido dos Trabalhadores (João Machado).

O seminário permitiu um intercâmbio de avaliações sobre alguns aspectos da situação latino-americana,

em particular sobre os processos de negociação que se desenrolam em alguns países entre forças que participam ou participavam da luta armada e os governos e setores sociais (Colômbia, El Salvador, Guatemala) e sobre o impacto da crise econômica. Ainda mais importante foi a discussão sobre aspectos da visão da luta pelo socialismo nas condições dadas hoje. Além disso, foi possível ter um quadro geral da multiplicidade de aspectos que envolvem o trabalho de solidariedade na Europa. Uma das preocupações centrais que levaram à organização do seminário era reverter a tendência de declínio do trabalho de solidariedade, diante da imagem difundida de que pouco há para fazer contra a onipotência aparente do imperialismo pós guerra do Golfo e da falta de clareza entre os apoiadores europeus sobre qual é hoje a estratégia das forças revolucionárias latino-americanas.

O comandante Daniel Ortega fez as intervenções mais marcantes. Dois temas desenvolvidos por ele merecem especialmente a atenção dos petistas.

Em primeiro lugar, Ortega assinou que "depois da guerra do Golfo as visões colonialistas ganharam força; a nossa resposta naquele momento foi débil. Se assumimos o repto de continuar sendo revolucionários, de continuar lutando contra o imperialismo que nos oprime, o menos que podemos fazer é nos reunirmos como nos reunimos agora, discutirmos com profundidade diferenças e convergências e

tirarmos linhas de ação".

"Temos o desafio da unidade das forças revolucionárias, progressistas, no Sul e no Norte. No mundo atual, mais do que nunca precisamos fortalecer as propostas revolucionárias. O inimigo afirma que o momento das revoluções chegou ao fim, e que só há a possibilidade de nos adaptarmos. Mas não podemos aceitar as democracias burguesas: já houve a prova de fogo da democracia burguesa na América Latina com o governo Allende, esta democracia mostrou ser intolerante, mostrou não ser democrática. Não podemos renunciar à tomada do poder na América Latina, mesmo que não seja possível avançar com a velocidade que gostaríamos".

"O pior inimigo das revoluções é nossa divisão. Temos de dar passos concretos no sentido de unir-nos. Temos de integrar as forças revolucionárias no Sul, e depois nos integrarmos com as forças avançadas do Norte. Discutimos a integração à Internacional Socialista, que não é a nossa Internacional, pelo vazio existente. Temos de fazer nossa própria Internacional. A solidariedade na Europa pode facilitar isto. Nos anos 60, a Tricontinental teve um papel, naquele momento os revolucionários tinham a sua Internacional. Mas agora uma Internacional deve ser muito mais ampla, deve unificar forças progressistas, revolucionárias, do Norte e do Sul, para permitir-nos enfrentar um inimigo bem organizado" (em outro momento, o companheiro Ortega desenvolveu a mesma idéia falando de uma

"Frente Internacional").

O outro tema fundamental desenvolvido pelo companheiro Ortega foi a prioridade absoluta para a solidariedade na defesa de Cuba: *"A defesa de Cuba é prioritária, em primeiro lugar, porque outras lutas contam com maior espaço. O imperialismo não isolou a Nicarágua, El Salvador, a Guatemala, mas Cuba sim, impôs um bloqueio, e uma concentração internacional de governos que se juntam para tentar derrubar o modelo cubano. Não podemos agora discutir se há ou não democracia em Cuba, seria cair no jogo do inimigo; o que temos de fazer é lutar para que cessem as ações ilegais contra Cuba. Tratar agora a questão dos direitos humanos é cair numa trampa. Se é verdade que existem preocupações sadias de revolucionários latino-americanos quanto a Cuba, não podemos entrar na campanha para que Cuba se democratize. O imperialismo se sente alentado pelo resultado da guerra do Golfo para agredir a Cuba, e pouco se tem feito contra esta política intervencionista dos EUA de agressão a Cuba".*

Provavelmente nós, do PT, não concordamos inteiramente com os argumentos do companheiro Ortega. Mas sem dúvida devemos concordar com a prioridade e a premência de uma campanha de defesa de Cuba e de denúncia do cerco imperialista, neste momento em que os riscos são maiores do que nunca, em que o governo dos EUA vive sua hora de gozo com seu sucesso no Iraque.

João Machado

Seminário na Colômbia

O PT participou, no dia 23 de maio, da abertura do 43º Congresso do Partido Socialista Equatoriano (PSE), realizado em Guayaquil, no Equador.

Representando o PT - que foi convidado a falar em nome das delegações estrangeiras a um plenário de quase 500 delegados -, o companheiro César Alvarez, secretário nacional de organização, lembrou a todos sobre as tarefas dos partidos socialistas, partidos de esquerda frente à nova ordem internacional, ao empobrecimento dos povos da América Latina e à questão da dívida externa.

O PSE, que apresenta muitos pontos em comum com a democracia interna do PT, disputará as eleições presidenciais em 92 com grandes chances de chegar ao 2º turno.

O PT também se fez repre-

sentar através do companheiro César Alvarez no Seminário Latino Americano de Reconstrução Partidária promovido pela Aliança Democrática M19 e realizado entre os dias 24 e 26 de maio, na Colômbia.

O M19, grupo guerrilheiro que "deixou armas" em março de 1990 para disputar as eleições presidenciais, quando teve seu primeiro candidato assassinado, é um partido recente e portanto com grande interesse nas experiências de construção partidária, relações com os movimentos populares, formas de luta etc.

No Seminário César falou sobre os temas: Programa de Perfil dos Novos Movimentos Sociais - o vínculo entre o político e o social; As formas de luta, espaço de participação política e relação com os movimentos sociais.

Seminário em Manágua

Nos dias 3 e 4 de maio realizou-se em Manágua um Seminário sobre a "Oposição Democrática na América Latina". Reunimo-nos representantes do México, Haiti, Nicarágua e Brasil.

O convite foi dirigido ao PT pelo companheiro Orlando Nuñez Soto, Diretor Executivo do Centro para Investigação, a Promoção e o Desenvolvimento Rural e Social.

As discussões ocorreram num ambiente determinado pelos Sandinistas de Libertação Nacional, a realizar-se no próximo mês de julho.

A exposição sobre a Nicarágua foi de responsabilidade da companheira Dora Maria Téllez. A partir da nova situação criada pela derrota eleitoral da FSLN, os sandinistas se encontram num processo de ampla e profunda reflexão sobre o balanço e as perspectivas da revolução nicaraguense.

Especial interesse demonstram pela experiência de construção do Partido dos Trabalhadores, na relação do partido com os movimentos sociais; na

sua democracia interna e o direito de tendências; no seu caráter pluralista.

A FSLN como uma organização política construída na guerrilha, que lidera a derrota da ditadura de Somoza, governa por dez anos com bloqueio econômico e diplomático, e no último período com uma intervenção militar aberta dos Estados Unidos, precisa agora passar a partido político. Um partido que já dispõe da enorme representatividade social, mas quer consolidar uma hegemonia democrática e popular, disputando na sociedade civil a continuidade do processo revolucionário.

A presença do PT no cenário internacional, em particular na América Latina, exige a manutenção de um intercâmbio sistemático e solidário com a FSLN e com os demais partidos de esquerda que lutam e defendem os interesses populares.

Joaquim Soriano
Membro do Diretório Nacional

O PT no Congresso da UNE

O PT desenvolveu um processo, visando a unificação de nossa intervenção no 41º Congresso da UNE. Realizamos um Encontro Nacional Extraordinário de Estudantes Universitários, que aprovou Teses Petistas ao Congresso, a política de alianças e a linha geral para definição de chapa à diretoria. Foi um processo inédito na história do PT: pela primeira vez uma frente de massas do partido desenvolveu um processo consciente e organizado com vistas à sua unificação num congresso de uma entidade de massas nacional.

Apesar disto, nossa chapa foi derrotada no Congresso e as propostas mais polêmicas que apresentamos, sobre reestruturação da UNE, também não foram aprovadas.

A primeira constatação é o fato de que a unificação da intervenção do PT no movimento não é simples. Temos uma história de atuação através de uma prática autônoma das tendências. Portanto, nossa experiência no Congresso da UNE requer uma avaliação aberta e profunda, no sentido de tirarmos o máximo de lições para as próximas oportunidades. De imediato, damos algumas opiniões visando abrir o debate, deixando claro que o esforço de unificação de tese e chapa dos petistas no 41º Congresso da UNE foi correto, valorizando, estimulando e desenvolvendo.

Abrindo o Debate

Dentro das condições materiais e políticas que tínhamos naquele momento, a realização do 4º ENEPT foi o mais democrático e

representativo já realizado pelo partido com a participação do maior número de delegados, observadores e estados, publicação de teses e livre debate de todas as posições. Conseguimos unificar numa mesma tese e proposta de chapa 80% dos delegados presentes no ENEPT e, coincidência ou não, também cerca de 80% dos delegados petistas presentes no Congresso, o que comprova que a correlação de forças do 4º ENEPT, mesmo com algumas debilidades, correspondia à representatividade das tendências no movimento universitário.

O primeiro problema que tivemos foi a posição da Convergência Socialista e O Trabalho que não acataram as posições democraticamente aprovadas no ENEPT e passaram a fazer oposição sistemática ao PT (conformando um bloco com Causa Operária e PLP). Isto ocorreu tanto na preparação quanto no próprio Congresso, como na plenária petista. Neste caso, enquanto defendiam formalmente a importância democrática desta, em nenhum momento, mesmo quando publicamente perguntados, admitiram acatar as posições majoritariamente aprovadas.

A Comissão Executiva nacional do PT, por outro lado, ao discutir a questão de modo ligeiro e superficial, não tomou uma posição preventiva devidamente enfática. Fez apenas uma genérica conclamação à unidade, não valorizando suficientemente a importância daquele procedimento para a intervenção petista no 41º Congresso da UNE e mesmo no

movimento popular de modo geral.

Desde a fase posterior do 4º ENEPT, evidenciou-se uma fragilidade na coordenação da Tese. A mudança dos métodos de direção (antes baseada na intervenção direta das tendências), para uma condução partidária se fez ainda de modo problemático, contraditório e às vezes até conflituoso. A intervenção por tendências se enfraqueceu sem a correspondente consolidação da atuação partidária, causando certa descoordenação e falta de direção política e operacional tanto na preparação como no próprio Congresso, provocando dúvidas, desconfiças e diminuindo nossa capacidade de polarização.

A descoordenação também se manifestou, desde a fase preparatória, nos níveis estaduais: não

ram durante o Congresso divergências de entendimento, avaliação e encaminhamento). Enfim, faltou clareza e nitidez de objetivos políticos e táticas de plenário.

Prá Fazer Acontecer

O movimento estudantil universitário vive uma prolongada crise. A nossa Tese era a mais avançada no sentido de propor não só alternativas políticas gerais, mas um conjunto de medidas, visando a reorganização da UNE que iam no sentido de sua democratização e ampliação da participação dos estudantes e entidades de base em sua construção. Mesmo que ainda falte uma linha de massas mais aprofundada para o movimento no seu cotidiano na atual fase que este vive, a nossa tese dá passos importantes que, mesmo não tendo sido aprovadas

Chapas

O Congresso da UNE contou com a participação de 2.500 delegados credenciados. Destes, apenas 1.596 votaram em uma das três chapas, havendo 904 abstenções. A chapa "A UNE nos tempos de Cóltera" composta por membros do PCdoB, MR-8, PDT e PSDB obteve 715 votos (44,8%) ficando com a presidência, 16 cargos na diretoria e 4 na Executiva, sendo 3 do PCdoB e 1 do MR-8. A chapa "Prá Fazer Acontecer" formada por militantes do PT e petistas, obteve 665 votos (41,7%), ficando com 14 membros da diretoria e 4 na Executiva. E a chapa "A UNE ao lado dos Trabalhadores" composta pela Causa Operária, Convergência socialista, O Trabalho e PLP, obteve 216 votos (13,5%), ficando com 5 membros na diretoria e 1 na Executiva. As três chapas tiveram participação de delegados independentes.

funcionamento das coordenações estaduais; pouca ou nenhuma importância dada pelas direções estaduais do partido; continuidade dos problemas na coordenação das bancadas dos estados durante o Congresso.

Conforme o esperado, a maioria dos delegados era independente, ou seja, sem filiação partidária. Mas, na prática, os encaminhamentos da Tese "Prá Fazer Acontecer" não deram a importância devida a este fato. Predominou entre os companheiros uma superestimação de forças, como se a adesão dos independentes à proposta petista fosse automática. Não houve diferenciação com o PCdoB em pontos centrais como na questão internacional (votada conjuntamente e sem críticas ao estalinismo); não se valorizou a atuação nos grupos de discussão e bancadas por estados onde se deu debate político e polarização de independentes; não se costurou alianças de modo profissional (sobre todas estas questões perdura-

(com votos contrários da CS e PCdoB) serão referenciais obrigatórios para a discussão do ME até o próximo Congresso. Por outro lado, o atraso na divulgação das teses e a pouca discussão nossa nos grupos, dificultou o esclarecimento de nossas propostas para o conjunto dos delegados. A abstenção de 36% dos delegados (mesmo considerando que a votação se deu a partir das 6:00 horas da manhã de segunda-feira, após uma noite de plenária) mostrou uma dificuldade de todas as teses de polarizar uma faixa enorme de delegados e interessá-los pelas decisões mais importantes.

Perdemos o Congresso. Mas inauguramos um novo método de trabalho que avaliado de modo crítico e autocrítico aperfeiçoará nossa intervenção e trará importantes vitórias, não só em futuros congressos, mas principalmente para o movimento estudantil voltar a Fazer e Acontecer.

Jorge Almeida

Encontro Nacional dos Estudantes Secundaristas

O PT vai realizar o II Encontro Nacional dos Estudantes Secundaristas do partido (ENESPT) nos dias 3 e 4 de agosto, em São Paulo. Na pauta: conjuntura, educação, lutas e campanhas, situação do MS e da UBES, avaliação e propostas de atuação conjunta dos petistas e eleição da Coordenação Nacional dos Secundaristas. Entretanto, além da importância mais imediata, este encontro se situa na preparação do I Encontro Nacional de

Juventude do PT (1, 2 e 3 de novembro) e será um pontapé inicial com vistas ao Congresso da UBES de 1992.

Os Encontros Municipais e Estaduais serão realizados respectivamente em 21 e 28 de julho. Terão direito a voto nos municipais os filiados até 21 de junho, data em que se encerra também o prazo de inscrição de teses para publicação. Maiores informações no seu DM ou na secretaria de Juventude Estadual.

Meneguelli e Vicentinho falam sobre a greve

A CUT tem e faz história. Na greve geral dos dias 22 e 23 de maio fizemos história outra vez. As dificuldades foram muitas. Mas o protesto foi nacional. Mexeu com a vida de todo mundo, ocupou a cabeça das pessoas, ocupou as rádios, televisões e jornais. Até quem não queria parou para refletir sobre o arrocho salarial, a recessão, o desemprego e a corrupção destes 14 meses de governo Collor. Este era nosso objetivo. Foi atingido. Em todos os cantos do país a população botou para fora sua angústia e tristeza com a miséria do povo e a irresponsabilidade deste governo.

A greve geral dos dias 22 e 23 foi a maior manifestação nacional contra a política econômica e social de Fernando Collor de Mello. Surpreendeu a classe dominante. Incomodou o governo que, como sempre, reagiu com a violência policial e brutalidade sem limites. E utilizou intensa e ofensivamente os meios de comunicação de massa na intenção de provar o insucesso da paralisação. Paradoxalmente, nenhuma greve foi tão discutida pelos meios de comunicação. A greve geral foi assunto de dias em todos os jornais, rádios e emissoras de TV.

O movimento avançou em importância, amplitude e propostas graças à Greve Geral. E é com força dobrada que agora vamos lutar no Congresso pelo salário mínimo, pelo



Jair Meneguelli

nosso plano de custeio e benefício e contra o absurdo e retrógrado projeto de organização sindical proposto por Collor. Um projeto que muda radicalmente a estrutura de organização dos sindicatos do país e que coloca em risco a existência da própria CUT. Por isso, não podemos dar folego a este governo. Mais do que nunca é preciso informar aos trabalhadores o que está acontecendo. Nas ruas, nas portas das fábricas, nos campos, nas escolas. Sem falsas ilusões e com coragem renovada.

Jair Meneguelli
Pres. Nacional da CUT

Os metalúrgicos de São Bernardo e Diadema não cruzaram os braços na Greve Geral de 22 e 23 de maio por duas razões: uma se refere ao intenso processo de lutas que estamos mantendo desde janeiro. A outra está ligada à concepção democrática de ação sindical, que norteou o surgimento e fortalecimento da CUT.

Pode-se dizer que nos últimos meses não houve dia sem greve em nossa base. A mobilização contra os efeitos criminosos do projeto Collor, especialmente a greve na autolatina, que arrancou a anulação de cinco mil demissões arbitrárias, resultou em frutos notáveis mas exigiu elevada carga de energia. Cumprimos rigorosamente o compromisso de parar a produção em 15 de março, na passagem de um ano do governo Collor, conforme orientação da CUT. Em abril e maio conduzimos uma greve inovadora e astuciosa que demandou intensas articulações e assembleias diárias nos locais de trabalho. Fruto da tática acertada, saímos da luta com índices de reajustes que superam todos os que vêm sendo conquistados pelas categorias em dissídio. Estava evidente, porém, que a categoria vivia uma fase de exaustão, que exigiria algumas semanas para recuperar condições de engajamento num movimento como é uma Greve Geral Nacional.

Sem discordar do encaminhamento

dado pela CUT ao processo, iniciamos consulta às bases, por local de trabalho. Cumpri meu papel de dirigente, defendendo a participação da categoria na paralisação. Caracterizou-se, então, com nitidez, uma expressiva vontade da maioria. Em nenhum momento cogitamos impor à maioria, quase unânime, a vontade dos que votavam pela greve. Todo militante e dirigente honesto não terá dificuldade em compreender a situação. De qualquer modo é preciso que aproveitemos a experiência dessa luta para tirar dela todos os ensinamentos possíveis.

Não está em questão a legitimidade, justiça ou condução do processo pelos dirigentes da Central. É uma discussão mais estratégica sobre uma Greve Geral num país como o Brasil, seus condicionamentos, requisitos e mecanismos para aferir o nível real de adesão dos trabalhadores.

Aqui em nossa área ficou evidente um questionamento legítimo. Quando se constata que foi praticamente nula a participação da classe trabalhadora industrial na paralisação, o reexame da questão se torna mais necessário e urgente. Desse balanço retiraremos forças e luzes para preparar os muitos combates e as muitas Greves Gerais que ainda temos pela frente.

Vicente Paulo da Silva
Presidente do Sindicatos dos Metalúrgicos de S. Bernardo

Valeu a Greve Geral?

As tevês e os jornais não tiveram dúvida. Mesmo antes da sua realização, a Greve Geral convocada para os dias 22 e 23 de maio passados foi um fracasso. Depois de todo este bombardeio, companheiros do PT se perguntavam: será que valeu a pena? Afinal, companheiros do partido também falaram sobre as debilidades da greve, dos problemas da data etc.

Antes de começar qualquer discussão sobre este assunto, é preciso primeiro responder a pergunta que colocamos no início. E nós devemos dizer sim. E por quê?

Após as campanhas eleitorais do ano passado, nas quais buscamos criar uma polarização com o governo de Fernando Collor, esta foi a primeira atividade de massas que mostraram o protesto da população contra as políticas de recessão e desemprego do governo. Foi uma manifestação de protesto em que milhões de trabalhadores e trabalhadoras mostraram seu repúdio às mentiras e à demagogia daquele que se pretende como o representante dos descamisados e descalçados. Além disto, é necessário dizer da importância que representa o fato de que a CUT altera sua posição, dá sinais de que busca superar os problemas que enfrentou recentemente. No lugar de participar da malfadada mesa de entendimentos, a CUT polariza no

movimento sindical, põe do seu lado as CGTs e parte para o enfrentamento geral com o governo. E, diga-se de passagem, no interior da CUT os militantes petistas marcharam unidos.

A CUT abre uma disputa de direção do movimento com a "Farsa" Sindical de Medeiros, no terreno da luta. Este mesmo Medeiros que continua sendo bajulado pela rede Globo e que reforça a presença de Magri, o ministro da "humanidade canina".

Por isto, nós afirmamos que não adiantam quaisquer "acordos de cavalheiros" firmados no parlamento, se não houver um amplo e forte movimento de massas lutando para mudar toda esta situação em que nos encontramos. Pois o governo e a burguesia já reservaram nosso lugar nestes acordos: é a miséria, a fome, as doenças, são os frutos da recessão e do desemprego, os frutos da política neoliberal.

Contra esta política neoliberal nos insurgimos. E contra ela a CUT e as CGTs convocaram a Greve Geral.

Tivemos debilidades. Em geral ainda persistem no movimento sindical as iniciativas de luta corporativa. Não basta lutar, lutar e lutar sozinho, conquistar um índice de reajuste, que será depois roubado. Afinal, nunca se lutou tanto neste país, como na última década. E os salários continuam caindo. Esta lição é

muito importante. Inclusive para os companheiros de São Bernardo. Nesta greve também aparecem as dificuldades de implantação de muitos dos sindicatos cujas diretorias apoiam a CUT.

Além destes problemas, nosso partido trabalhou pouco para organizar sua militância, ainda pensando num caráter sindical para uma luta desta envergadura. Numa atividade deste tipo é necessário uma participação muito maior do que aquela que pode ser organizada pelas entidades sindicais. É preciso envolver moradores de periferia

e lutadores de movimentos populares, entidades dos mais variados movimentos sociais, estudantes, enfim, construir um vasto caudal de luta.

Afinal, a greve geral é política, sim senhor. E foi para fazer política independente da burguesia é que criamos este partido. E é para arrancar o que nos é devido, é que vamos para a luta. Esta greve geral foi, sem dúvida, um bom começo.

Raul Pont (Deputado Federal e membro da Executiva do PT) e Américo Bernardes

Buscando a unidade

Com a participação de diversos dirigentes sindicais, representando as tendências do PT (veja o quadro), a Secretaria Sindical Nacional reuniu nos dias 3 e 13 de maio, o "Fórum de Dirigentes Sindicais Petistas, Representativos das Tendências do PT", com o objetivo de discutir as teses petistas ao 4º CONCUT, localizando e debatendo as divergências existentes com vistas a uma possível unidade petista no Congresso.

Na reunião do dia 3, realizada na Câmara Municipal de São Paulo, cada sindicalista presente pode expor a tese que sua tendência está defendendo, estabelecendo os aspectos de maior divergência e também os elementos de concordância com as demais teses. O alto nível da discussão e o clima descontraído animaram os presentes ao prosseguimento do debate, que ocorreu no dia 13.

A reunião do dia 3 de maio foi inteiramente gravada, estando o material em processo de edição na forma de um caderno, que a Secretaria Sindical distribuirá a todo o partido, da forma mais ampla possível, ainda na primeira quinzena de junho.

Uma próxima reunião do Fórum ocorrerá no dia 10 de junho, na sede nacional, aprofundando a discussão e estabelecendo os próximos passos para que essa iniciativa resulte, de fato, em um sinal importante para a unificação da intervenção dos petistas no movimento sindical.